

Sicsu confirma irregularidades no custo da obra do Paranoá

25 SET 1987

DF - Lagoa

JORNAL DE BRASÍLIA

Engenheiro Benjamin Sicsu, ex-coordenador de Meio Ambiente (Coama), confirmou ontem, em depoimento à Subcomissão do Senado, as denúncias feitas pelo *Jornal de Brasília* de irregularidades nos custos e na parte técnica do projeto de despoluição do Lago Paranoá. Munido de gráficos, tabelas e mapas, Sicsu demonstrou que o valor máximo a que as obras poderiam chegar, já superestimado, seria de 73,4 milhões de dólares (Cz\$ 2,9 bilhões, na cotação de junho deste ano), bem abaixo dos 125 milhões de dólares (Cz\$ 4,9 bilhões) definidos nos contratos assinados entre as empreiteiras vencedoras da concorrência — Andrade Gutierrez e Serveng-Civilsan — e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb).

O depoimento de Sicsu à Subcomissão criada para apurar as denúncias de irregularidades no projeto da Caesb durou pouco mais de quatro horas e deixou surpresos os senadores, que haviam se convencido da justificativa do presidente da Caesb, Willian Penido, quanto à variação dos preços e à viabilidade do projeto, em seu pronunciamento, na Comissão do DF, no Senado, no início deste mês. O senador Edison Lobão (PFL-MA) por exemplo, que votou contra a criação da Subcomissão, ao ouvir as explicações do enge-

nheiro, considerou importante a continuidade dos trabalhos de apuração, já que a discrepância de valores era muito grande.

Os custos

A primeira preocupação de Benjamin Sicsu, em seu depoimento, foi a de deixar claro que a obra, orçada em novembro de 1985 em 45 milhões de dólares (Cz\$ 1,7 bilhão — na cotação da época), era a mesma da contratada este ano. Para demonstrar isso, utilizou, primeiramente, a licitação feita em 1983, para a compra dos equipamentos, que, prorrogada até 85, atingiu o valor de 20,7 milhões de dólares (Cz\$ 820 milhões), dos quais 28% com material importado.

A parte relativa à montagem e construção civil foi orçada em 19,7 milhões de dólares (Cz\$ 780 milhões), com base no orçamento feito pela empresa projetista da obra, Sociedade de Engenharia Emílio Baumgarten (Seebla), em setembro de 1985. No convênio assinado estava prevista ainda a inclusão de 3,9 milhões de dólares (Cz\$ 150 milhões) em forma de Benefício e Despesas Indiretas (BDI), que representa o lucro das empresas. Assim, o valor exato da obra, em 1985, era de 44,3 milhões de dólares (Cz\$ 1,7 bilhão).

Na justificativa dada por Penido à Comissão do DF no

Senado, o aumento nos custos da obra de despoluição estava relacionado à variação da ordem de 600% do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) frente à variação do dólar, que segundo ele tinha sido de 289%. Sicsu demonstrou outros valores. Com base nos índices fornecidos na revista *Conjuntura*, da Fundação Getúlio Vargas, o engenheiro demolido do GDF por divergir do projeto da Caesb, mostrou a variação do INCC em 709,06% e a do dólar de 433,86% — no período de setembro de 85 a junho de 87 — com uma diferença percentual entre os dois índices de aproximadamente 61%.

Com esta diferença, que já é superestimada, conforme explicou Sicsu, o valor máximo que a obra de despoluição do Lago Paranoá poderia chegar era de 73,4 milhões de dólares (Cz\$ 2,9 bilhões).

O correto

Nos estudos feitos por Benjamin Sicsu, que já foi professor de auditoria, o valor real e correto, aplicando-se os índices distintos a cada parte da obra, seria de 59,8 milhões de dólares (Cz\$ 2,3 bilhões). Esse número só é encontrado com a utilização de, no mínimo, três índices diferentes, como por exemplo, um de equipamentos, outro de mão-de-obra, outro de material, etc, conforme explicou o engenheiro.